



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO

LUCIANA AZEVEDO SOUZA FERREIRA¹

Resumo: O presente artigo apresenta elementos resultantes da pesquisa de mestrado, em que se avaliou a relação entre formação e exercício profissional em Serviço Social no Maranhão, a partir de entrevistas com assistentes sociais. Assim problematiza-se a suposta lacuna na formação profissional no que tange à abordagem das atribuições privativas consideradas diretas, às quais se concentram em administrar, planejar, avaliar e monitorar planos, programas, projetos e serviços, analisando-se as exigências à profissão no bojo da expansão precária das políticas sociais neoliberais no Maranhão, como particularidade do processo de acumulação, no arcabouço da divisão internacional do trabalho.

Palavras-chave: Atribuições; Competências; Reestruturação Produtiva; Formação Profissional.

Abstract: The present research facts that has been results from the academic master 's research that evaluated the relationship between training and professional practice in Social Work in Maranhão State, based on interviews with social workers. In this way the supposed gap in the professional formation with regard to the approach of the private assignments and monitoring, plans, programs, projects and services, also analyzing the demands on the profession in the midst of the precarious expansion of neoliberal social policies in Maranhão State, as a peculiarity of the process of accumulation, within the framework of the internacional division of labor.

Keywords: Assignments; Skills; Productive restructuring; Professional qualification.

1 INTRODUÇÃO

Analisar a formação profissional em Serviço Social no Maranhão, sobretudo problematizando-se a apreensão dos recém-formados sobre as respostas da formação ao exercício profissional, tomando como referência as atribuições e competências, exige apreender-se a natureza dessa profissão, bem como o âmago das relações em que essa formação e exercício se

¹ Estudante de Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UERJ. Email: <lucy_luass@hotmail.com>

processam, situando-as no bojo da divisão internacional do trabalho e das políticas sociais neoliberais no Brasil, colmatadas pela reestruturação produtiva e expandidas de forma focalizada. Para então, vislumbrar os determinantes subjacentes à suposta lacuna entre formação e exercício profissional no que tange às atribuições e competências diretivas.

Assim, é problematizando os desafios ao exercício profissional do assistente social no que tange às atribuições diretivas, especialmente inscrito nas políticas sociais como mediação da relação entre o capital e o trabalho - políticas estas que, por sua vez, são de racionalidade positivista e pragmática, com expansão focalizada e permeadas pela reestruturação produtiva - que se pode avançar, de forma crítica, para além dos determinantes das demandas postas aos assistentes sociais e de suas inquietações.

2. A PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO NO CONTEXTO DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A QUESTÃO DAS ATRIBUIÇÕES DIRETIVAS

Para analisar a relação entre formação e exercício profissional em Serviço Social no Maranhão, particularizou-se esse processo, haja vista que a expansão da formação profissional em Serviço Social carrega elementos específicos das demandas pertinentes à formação social, econômica e política do estado. Ou seja, como periferia do capitalismo, de economia dependente, no âmbito da divisão internacional do trabalho, o Maranhão possui industrialização precária e absorção da força de trabalho incipiente do ponto de vista formal. Assim, boa parte da classe trabalhadora legalmente empregada sobrevive de empregos públicos e, no outro extremo, têm-se os terceirizados com vínculos precários, trabalhadores do campo, “autônomos” ou sobreviventes de benefícios governamentais, os quais, respondem pela superexploração da classe trabalhadora nos países de economia dependente.

Ademais, o referido estado é extremamente rico do ponto de vista dos recursos naturais, entretanto é extremamente desigual no que se refere ao

acesso aos mesmos, assim como à riqueza socialmente produzida. Tal panorama expressa uma constituição socioeconômica que se formou com o reforço da grande propriedade e a expulsão do pequeno produtor do campo, em sua maioria reforçado pelo forte discurso ideológico de promover os “grandes projetos” desenvolvimentistas, multiplicando-se os casos de coronelismo local, adensados por relações políticas enviesadas e clientelistas.

No que se refere ao aspecto produtivo, Harvey (2018, p. 1) deixa claro que “[...] sem expansão geográfica, reorganização espacial e desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo teria parado de funcionar há muito tempo [...]”. Assim, faz parte de seu processo de acumulação a inserção desigual em locais com formações sociais distintas, sobremaneira com força de trabalho mais barata, pois são nessas condições que o capitalismo ajusta e garante seu processo de valorização a taxas maiores. Ademais, conforme o autor, uma das estratégias capitalistas alternativas à organização sindical da força de trabalho ou à sua escassez é mobilizar segmentos da população que ainda não tenham sido proletarizados, tais como camponeses e populações rurais.

Exemplificando esse processo exposto por Harvey (2011; 2018), o Maranhão, assim como diversas localidades de países subdesenvolvidos, tornou-se um atrativo para o capital porque aglutina força de trabalho extremamente barata premida por condições de pobreza e miséria, facilidade na aquisição de matéria-prima e escoamento da produção através da estrada de ferro Carajás e do Porto do Itaqui.

Dessa forma, a relação do Maranhão, estado extremamente desigual do ponto de vista social, com o capitalismo mundial se expressa na histórica implementação, com anuência governamental, dos grandes projetos desenvolvimentistas tais como a Ferrovia Serra dos Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, inaugurados na década de 80. Na esteira desses projetos somam-se outros que dependiam dessa infraestrutura para viabilizar-se, dentre eles, o de cultivo da soja, empresas de produção de carvão vegetal, celulose, papel e

metalúrgicas, que, por sua vez, inviabilizam a agricultura familiar e agravam a situação fundiária e ambiental no estado (BARBOSA, 2006).

Logo, se por um lado, tais projetos o têm levado a assumir posições de relevância no que se refere ao seu Produto Interno Bruto, por outro lado, os índices sociais demonstram que a desigualdade também cresceu e a pobreza aumentou proporcionalmente ao crescimento da riqueza socialmente produzida², demonstrando que sua apropriação é privada em todos os sentidos. Convém enfatizar que no Maranhão é visível que a acumulação primitiva, sobretudo a nominada por Harvey (2011) de acumulação por despossessão, não foi característica de um determinado século, mas é contínua.

A exemplo disso, tem-se ainda hoje a luta das comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais, pela propriedade da terra, direito garantido na Constituição de 1988 e que, conforme Sant'Ana Junior, Ribeiro Junior e Silva (2011), gera conflitos até o presente momento porque foi comprometido, também, pela implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial, que se iniciou na década de 1970³.

² Conforme o atlas da exclusão social no Brasil (Guerra, Pochmann & Silva, 2014), em 2010 o Maranhão figurou como o estado com pior índice de emprego formal da federação e pior índice de exclusão social do País, juntamente com o Pará e Alagoas. E não é de se estranhar, diante de tais dados, que o Maranhão também tenha figurado como o estado com pior índice de pobreza. Dados do IBGE (2015) indicam que o Maranhão tem uma população estimada em 2014 de 6.850.884 (seis milhões oitocentos e cinquenta mil e oitocentos e oitenta e quatro) pessoas. Mas, apesar de ter extensão de 331.936,948 Km² e 217 municípios, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente em 2014 declarado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE foi de R\$461,00 (quatrocentos e sessenta e hum reais).

³ A saber: estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando a província mineral de Carajás (sudeste do Pará) ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (dirigido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária), da Ponta da Madeira (de propriedade da então Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale) e da ALUMAR; oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR, subsidiária da ALCOA)³ e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA); projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho, eucalipto) no sul, sudeste e leste do estado; e, mais

É nesse contexto que, no bojo das reformas neoliberais implementadas pelo Estado, expandiram-se o número de instituições de ensino superior privadas, assim como o mercado de trabalho do assistente social, este último alavancado pela expansão e interiorização da política de assistência social. Assim, sob orientação de organismos internacionais multilaterais, vide Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, ambas as políticas de educação e assistência sofreram processo de alargamento que permite analisar a relação entre formação e exercício profissional do assistente social no Maranhão.

Entretanto, enquanto a expansão da formação deu-se pela implementação, por parte do Estado brasileiro, de uma política de favorecimento à expansão do ensino superior privado, com pífia fiscalização, como forma também de favorecer os investimentos do capital excedente em setores lucrativos, e por isso rentáveis, a expansão da política de assistência social, por sua vez, deu-se pela via focalizada dos programas de transferência de renda e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Isso porque as próprias desigualdades geradoras da questão social, mais graves nessa unidade da federação, demandaram o enfrentamento do capital pela mediação do Estado, que a fez pela via da assistência como política central governamental de trato à extrema pobreza, à qual foi a principal responsável pelo processo de interiorização e expansão do mercado de trabalho para o assistente social no Maranhão nas últimas décadas. O que, por sua vez, reforçou a política de expansão do ensino superior privado sob orientação de organismos multilaterais, de modo que em 2013 o estado já apresentava sete cursos de Serviço Social de natureza privada.

Diante desse panorama, na pesquisa que ora se apresenta, objetivou-se analisar a formação profissional à luz do exercício, tendo como referência as atribuições privativas e competências constantes na Lei nº 8662/1993, de regulamentação da profissão e nas Diretrizes Curriculares da

recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, já que a construção da Refinaria Premium da Petrobrás foi abortada.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Desse modo, no ano de 2015 entrevistaram-se assistentes sociais em exercício profissional nos mais diversificados campos de atuação, formadas em instituições presenciais entre 2012 e 2013. Muito embora, seguindo a tendência de expansão da política de assistência, a metade daquelas que a metodologia de pesquisa conseguiu alcançar, encontravam-se atuando na política de assistência social.

Desse modo, ao indagarem-se os assistentes sociais recém-formados, já em exercício profissional, a respeito de como estas avaliavam a formação profissional presencial, no que tange às atribuições e competências profissionais, verificou-se que a maioria considerou satisfatória a abordagem daquelas consideradas síntese da formação profissional⁴. Entretanto, ao se indagarem a respeito daquelas que têm cunho mais operativo ou interventivo⁵, o nível de satisfação referente à formação diminuiu. E quando se abordaram aquelas atribuições e competências consideradas diretivas, ou seja, que se referem a administrar, avaliar, coordenar, monitorar planos, programas e serviços em matéria de Serviço Social, evidenciou-se nas respostas uma lacuna entre formação e exercício profissional, tendo em vista que a maioria

⁴ Constantes em Azevedo (2015). A saber, aquelas mais abrangentes, constantes nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, às quais possuem perspectiva de totalidades maiores. São elas: 1- Compreensão da natureza e do significado social da profissão; 2 - Identificação das demandas presentes na sociedade visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. Ressalta-se que se acrescentou na pesquisa a indagação a respeito da natureza, constante originalmente no texto das diretrizes, mas não especificamente nesse quesito, o qual fora apresentado na entrevista.

⁵ As atribuições e competências abordadas na entrevista são as que seguem, reforçando que sempre haviam observações a respeito de planejar, administrar e avaliar como elementos que deixaram a desejar na formação profissional: 1- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social. 2- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais.; 2- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; 3- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; 4 - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; 5 - Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; 6- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

considerou a abordagem de tal atribuição de forma insatisfatória na formação profissional.

Por outro lado, a maioria dos entrevistados elencou aspectos positivos na formação profissional sustentada na fundamentação teórica a partir de Marx, no que tange a possibilitar o exercício profissional em conformidade com o projeto ético-político do Serviço Social, de modo que foi visível a adesão em torno do projeto ético-político e da fundamentação teórica a partir de Marx para a formação profissional. Assim, nas respostas foram feitas referências às categorias contradição, teoria e prática, totalidade, aparência e essência, capitalismo, dialética, e ainda às temáticas, tais como atuação crítica e reflexiva.

Ao serem solicitadas a evidenciar os aspectos negativos, indicaram o refluxo dos movimentos sociais, a falta de autonomia profissional gerida pela relação contratual, a dificuldade de alguns profissionais em estabelecer as mediações e de compreender a categoria contradição, levando a uma visão radical que não traduz ir às raízes, e sim um sentido dogmático. Ademais, foram apontadas questões pontuais, a exemplo, a necessidade de rever outros referenciais teóricos, e uma possível tendência messiânica no trato do projeto ético-político e da tradição marxista, em que se atribuiu unicamente à vontade do sujeito profissional a responsabilidade de atuar de forma crítica.

Também se tornou explícita, conforme as respostas dos entrevistados, que a maioria das instituições de ensino superior vem dando conta das atribuições e competências exigidas no âmbito das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e da Lei de Regulamentação da Profissão, com exceção das atribuições e competências diretivas. Essa lacuna explicita-se como tendência na pesquisa, indistintamente ao caráter público ou privado da instituição de formação de origem dos assistentes sociais que responderam à entrevista.

Uma das hipóteses que se aponta na análise da pesquisa, para explicar o descompasso entre a avaliação da abordagem satisfatória das competências sínteses da formação e a abordagem insatisfatória de algumas

competências que possuem um cunho mais operativo ou interventivo é que, embora os recém-formados concordem com a importância da formação profissional amparada na tradição marxista, não conseguem articular os desdobramentos dessa formação no que tange à articulação entre os componentes curriculares, com ênfase mais analítica e componentes curriculares com ênfase mais operativa.

Entretanto, quais os condicionantes e determinações que levam a esse contraditório resultado?

3 A EXPANSÃO PRECARIZADA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO MARANHÃO NO BOJO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: impactos ao Serviço Social

Articulando-se a formação e exercício profissional em Serviço Social no Maranhão às relações sociais de produção capitalistas, compreende-se que produção e reprodução são dimensões da mesma totalidade. Na reprodução situam-se também as formas de reprodução da força de trabalho, em que o Serviço Social emerge como profissão requisitada pelo capital para, junto com um conjunto de demais profissões, garantir as condições de reprodução da força de trabalho, lidando diretamente com as expressões da questão social. Embora seja o capital que a requisita, é majoritariamente pela mediação do Estado nas políticas sociais, que esta profissão é acionada.

Desse modo, a natureza do Serviço Social consiste em ser uma “[...] especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade [...]” (IAMAMOTO, 1998, p. 18). Por outro lado, ainda que seja regulamentada como profissão liberal, o assistente social dispõe de relativa autonomia, posto que atua por meio de uma relação salarial, na qual seu empregador é que possibilita as condições para o seu exercício profissional. E sendo o Serviço Social partícipe de processos de trabalho, tal profissão, assim como o conjunto das demais profissões, sofre inflexões das constantes crises e reestruturação do capital, o qual na

contemporaneidade apresenta o modelo flexível⁶ como a mais recente e vultosa mudança no processo de produção.

Nos países centrais sua principal característica foi a introdução das inovações tecnológicas, todavia essa realidade não se espalhou de forma homogênea. Assim, até os dias atuais é possível identificar processos produtivos classicamente fordistas, convivendo com processos produtivos extremamente toyotistas, além de processos combinados, em virtude de que a introdução de tal modelo em distintos países assumiu particularidades, conforme as características destes na divisão internacional do trabalho, de forma que há países cuja única alteração verificada é a terceirização de parte do processo produtivo.

No Brasil, esse modelo de acumulação foi introduzido já na década de 90, após a recente reabertura democrática e aprovação da Constituinte, quando setores progressistas da sociedade intentavam estabelecer, em seu aspecto formal, uma estrutura mínima de proteção social estatal, ainda que em condições mundiais regressivas. Consoante às suas características originais, embora com particularidades, o modelo flexível foi inicialmente introduzido no Brasil, conforme Druck (1999), através dos programas de qualidade total, os quais buscavam a adesão dos trabalhadores ao processo produtivo como forma de fazer ruir, sobretudo, a resistência dos sindicatos à flexibilização do trabalho, a qual se situava em campo diametralmente oposto do que se vinha conquistando no país até então.

Atualmente, é possível identificar características do modelo flexível nos mais variados processos produtivos, principalmente no que concerne à premissa do estoque mínimo. Porém, diferente do grande destaque dado à introdução de novas tecnologias desse modelo, sua principal marca no país é o processo produtivo mediante a terceirização da força de trabalho e a

⁶ Baseado no sistema desenvolvido por Ohno, o modelo flexível, conhecido como toyotismo/ohnismo, foi gradativamente incorporado ao mundo do trabalho, com o objetivo de retomar a taxa de lucro e superar uma de suas crises mais contundentes, ocorrida em meados de década de 70, através da redução dos custos da produção, possibilitando assim a retomada da acumulação capitalista e a contenção da queda da taxa de lucro inerente a esse modo de produção.

polivalência, o qual ocorreu simultaneamente à flexibilização das leis trabalhistas, de modo que a introdução desse modelo deve à ideologia neoliberal no Brasil boa parte de seu sucesso inicial.

Essas mudanças passaram a exigir novas requisições à força de trabalho, pois atingiram tanto os processos de trabalho nos setores privados quanto públicos. Por outro lado, confluíram dialeticamente com o ajuste estatal brasileiro fundamentado no neoliberalismo, gerando um redimensionamento no conjunto das políticas públicas, dentre elas, a política de educação, que se expandiu de forma privada, e a de assistência social, com expansão focalizada.

3.1 Formação profissional em Serviço Social entre atribuições e competências

No que tange à formação profissional em Serviço Social, deflagrou-se a revisão curricular no interior da própria profissão, direcionada pela ABEPSS, com a finalidade de avançar na direção social de ruptura com o conservadorismo apontada pela profissão desde a década de 80, e também de preparar o profissional para dar conta das novas requisições oriundas do modelo flexível. Isso porque, em fase de implementação pelo Estado brasileiro, a reforma universitária trazia interesses implícitos do capital em não só transformar a formação superior em um campo lucrativo do mercado, como também de forjar diretamente nas universidades a força de trabalho necessária ao novo modelo de acumulação flexível.

É nessa perspectiva que ganha visibilidade o conceito de competência, o qual deveria estruturar os currículos desde a educação básica até o ensino superior. Coerente com o modelo flexível, essa premissa almeja a formação por competências de uma força de trabalho polivalente. Todavia, conforme Santos Neto (2013) explica, a polivalência combina-se com um processo de desespecialização e desprofissionalização dos trabalhadores, o qual não implica nenhuma melhoria em sua qualificação. Pelo contrário, Ohno (1997 *apud* SANTOS NETO, 2013) afirmava que necessitava apenas de três dias para treinar o operário nos procedimentos adequados ao trabalho fabril.

De todo modo, as diretrizes curriculares da ABEPSS incorporaram o conceito de competência, mas buscando dar uma visão de totalidade, ao relacionar as competências à apreensão crítica dos processos como totalidade, de modo a possibilitar ao profissional uma intervenção crítica e qualificada. Daí demarcou-se diversos princípios necessários à aquisição desses objetivos, os quais, todavia, foram suprimidos pelo Ministério da Educação na aprovação final do documento, fragmentando essa dimensão e restringindo as competências tão somente ao significado social da profissão, à apreensão das demandas, e ainda às suas atribuições privativas da profissão, isto é, ao saber fazer.

Tal panorama expressa-se também no exercício profissional, que, com o novo Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão (Nº 8.662/1993), contraditoriamente buscou-se garantir as atribuições e competências para que, de um lado, não se perdesse a apreensão do significado social da profissão, e de outro, se reafirmassem os princípios, valores e prerrogativas dos profissionais, concatenados ao projeto ético-político e com a direção social estratégica da profissão. Nesse sentido, o Serviço Social na atualidade move-se também na contradição do próprio processo produtivo: a Lei de Regulamentação da Profissão evidencia as competências, conectando a profissão com as novas requisições do modelo flexível, ao mesmo tempo que reafirma as atribuições privativas da profissão, perspectiva esta que reitera seu projeto profissional, ainda que vinculado às especializações oriundas da fase fordista da sociedade capitalista, a qual não dá o tom de todas as requisições atuais.

Por outro lado, os próprios documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) apontam que atividades historicamente desenvolvidas por assistentes sociais, como visitas domiciliares, triagem social não constam no conjunto das competências e atribuições privativas da profissão, o que causa uma certa confusão entre os profissionais sobre quais atividades relacionam-se ao trato das expressões da questão social e atividades meramente administrativas, burocráticas, por exemplo.

Há que se ressaltar ainda o acionamento de profissionais em quantidade bem inferior que o necessário para fazer frente ao rol de atribuições e competências requisitadas na execução das políticas públicas expandidas precariamente, o qual impactou também a categoria dos assistentes sociais no Maranhão. Sobretudo na política de assistência social, à qual responde por vincular ao exercício profissional metade dos entrevistados que indicaram lacunas entre formação e exercício, especialmente no que tange às atribuições e competências consideradas diretivas, quais sejam as pertinentes à gestão.

3.2 Expansão precária das políticas sociais: lacunas entre formação e exercício?

É necessário frisar que se vivencia no Brasil, a partir da década de 1990 a hegemonia das políticas neoliberais, com o que Behring e Boschetti (2010) nominaram de contrarreformas neoliberais do Estado, marcadas por privatizações, terceirizações e estímulo ao capital privado, com empréstimos a juros mais baixos, no que as autoras chamam de aparente esquizofrenia. Isso porque enquanto o discurso hegemônico argumentava que o problema estava no Estado, e que seria necessário reformá-lo, a política econômica aplicada corroía os meios de financiamento deste, deixando o país à mercê dos especuladores do mercado financeiro, provocando o crescimento galopante das dívidas interna e externa.

Desse modo, as políticas sociais que, conforme as autoras, historicamente foram constituídas de forma corporativista, patrimonialista e de cima para baixo, com direitos no papel e distantes da realidade, na contrarreforma neoliberal apresentam como característica principal a seletividade, focalização e exclusão. Com descentralização como mera transferência de responsabilidades, desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social e tendência geral de restrição e redução de direitos.

Assim, sob o argumento da crise fiscal, as políticas sociais são transformadas em ações pontuais e compensatórias, direcionadas

especificamente para os efeitos mais perversos da crise, daí porque as autoras afirmam seu impacto pífio e a seletividade e focalização como características mais expressivas. É nessa perspectiva que, mediante a privatização das políticas sociais especialmente no âmbito da seguridade social, reforça-se a figura do cidadão consumidor, ou seja, a dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços. Enquanto que a seletividade assegura acesso somente àqueles comprovada e extremamente pobres. Nestes termos Mota (1995 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2010) aponta a tendência de privatização da saúde e previdência, e ampliação dos programas assistenciais.

Esse panorama é identificado também por Paiva (2006 *apud* MOTA, 2009), que verifica a previdência cobrindo somente os assalariados e a assistência os miseráveis, de modo que nessa lógica os pobres economicamente ativos ficam, por sua vez, desprotegidos. Tal perspectiva é reforçada pela análise de Bochetti (2003 *apud* MOTA, 2009) que identifica aumento de recursos públicos direcionados à expansão da transferência de renda em detrimento de pífio recurso direcionado aos serviços socioeducativos realizados nesta mesma política social.

Faz-se mister destacar que a assistência social, mediante o binômio incluídos e excluídos, também consolida-se em um momento que, contraditoriamente, no Brasil e no mundo vivia-se a reestruturação do capital, à qual, sob a lógica do Estado mínimo neoliberal, das privatizações, da terceirização e da flexibilização, trouxe como reverso um adensamento do contingente daqueles não incorporados pelo mercado de trabalho, ou incorporados de forma precária. É nessa conjuntura que se expande e consolida a política nacional de assistência social no Brasil, com ampliação dos programas assistenciais, especialmente nos governos sob hegemonia do Partido dos Trabalhadores, e conseqüente expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais no estado do Maranhão.

Entretanto, cabe ressaltar que tal expansão não rompeu com a lógica focalista e seletiva da política neoliberal. Ademais, há um elemento em

comum no âmago da contrarreforma do Estado que atinge o conjunto das políticas sociais, qual seja expansão precária e descentralização das políticas sociais como mera transferência de responsabilidade, que se traduz em gerir os pífios⁷ recursos transferidos aos municípios, cuja aplicação é monitorada pelo governo federal, sobretudo através de monitoramento via internet do planejamento dos municípios, a respeito do gasto dos recursos transferidos.

Desse modo, é exigida pelo ente federal a alimentação em plataforma *online* de documentos, tais como planos plurianuais e demais planejamentos dos programas, projetos e serviços a serem executados em cada política social, assim como o envio de relatórios regulares indicando processualmente sua execução. É nesse contexto que aumenta a requisição aos assistentes sociais para o exercício de atribuições diretas tais como administrar, planejar, monitorar e avaliar, os quais, em sua maioria, acumulam atribuições e competências pertinentes à execução e à gestão dos planos, programas, projetos e serviços.

Assim, há um predomínio da polivalência e aprofundamento da exploração, mesmo no setor público, tendo em vista a transferência do ente federal das responsabilidades executivas e de gestão aos municípios, os quais, com recursos pífios, contratam o mesmo assistente social para trabalhar na gestão e também na execução dos planos, programas, unidades, projetos e serviços. Estes, embora desenvolvendo atribuições típicas de sua área de atuação, estão no bojo da perversa face da reestruturação produtiva no Estado, em sua maioria submetidos a contratos e condições de trabalho precárias, acumulando ações pertinentes ao trabalho de dois ou mais profissionais, incluindo-se gestão e execução. Assim, na lógica da transferência de responsabilidades no bojo da polivalência, o mesmo profissional elabora o projeto, implementa, avalia e alimenta o sistema com os indicadores de resultados, o que faz com que haja uma preocupação maior por parte deste no

⁷ Entende-se como pífios porque o regime compartilhado no financiamento das políticas públicas tem como consequência a sobrecarga dos municípios no custeio das políticas sociais, quando a maior fatia dos impostos fica com o governo federal para pagar juros da dívida pública.

que se refere às atribuições e competências pertinentes às atribuições diretivas.

Se por um lado, tais requisições diretivas fazem com que em cargos mais definidos em concursos públicos, haja uma demanda positiva no sentido de que o assistente social não se torne apenas um executor terminal da política pública. De outro lado, o reverso da medalha transforma-se na maioria dos campos de atuação em sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções típicas de cargos distintos, haja vista ser o mesmo profissional o responsável pela elaboração, execução, avaliação, monitoramento dos serviços e projetos pertinentes à política de atuação. Situações estas que se complexificam ainda mais a depender do tipo de vínculo ao qual o profissional está submetido, assim como se é prestador de serviço via empresas, às quais fazem parte do terceiro setor.

Nestes termos, a expansão precarizada das políticas sociais neoliberais focalizadas, ocorrendo como mera transferência de responsabilidades do governo federal aos municípios é o nexo que articula a reestruturação produtiva do capital ao trabalho do assistente social no setor público estatal, que responde pela insatisfação dos recém-formados no que tange à abordagem na formação das atribuições diretivas.

Na mesma perspectiva, Guerra (2011) aponta que as políticas sociais são moldadas tendo como fundamento a racionalidade formal abstrata. Como instância de mediação que conforma demandas tanto da classe trabalhadora quanto do capital, as políticas sociais assumem um caráter racionalista de causa e efeito, o que se dá em coerência com a própria racionalidade burguesa. Entretanto, como atualmente o assistente social insere-se nessa composição, mas é formado em uma perspectiva crítica, tende a ficar premido entre as demandas tecnicistas e operacionais, requeridas no âmbito do imediato, e seu projeto de classe, não conseguindo fazer a mediação entre essas dimensões, e como consequência, recai em uma lógica pragmática e utilitarista.

No que se refere às dificuldades de relacionar sua formação às demandas profissionais exigidas, a autora Guerra (2011) explica que ele consiste no não entendimento de que as políticas sociais moldam-se nessa lógica. Desse modo, o não domínio do método de análise redonda na ausência de mediações, e então o assistente social, na ânsia de dar um constructo que possa analisar seu objeto de intervenção, costuma lançar mão dos quadros teóricos adaptados à referida sociabilidade. E, ao recuperar o percurso do método dialético, suas dificuldades o levam a concluir equivocadamente que a formação não está respondendo às demandas do exercício profissional.

Cabe destacar que faz parte da matriz curricular do Serviço Social disciplinas de planejamento, onde se reflete a respeito das atribuições diretas da profissão. Desse modo, entende-se que a essência da suposta lacuna entre formação e exercício é oriunda do primado de demandas pragmáticas, imediatistas e recortadas, às quais o capital requisita ao assistente social mediante a execução de políticas públicas, de caráter positivista, no enfrentamento das sequelas da acumulação capitalista apresentadas como expressões da questão social.

Daí por que os assistentes sociais defendem que a formação deve redobrar os esforços no que diz respeito aos elementos operativos, especialmente os componentes curriculares, que adquiriram maior *status* na atualidade. Sobretudo, considerando-se que a demanda por profissionais para administrar, elaborar e monitorar a execução de planos, programas, projetos e serviços, com emissão de relatórios de execução devidamente relacionados ao orçamento empregado, passou a ser a exigência do momento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-se a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais no Maranhão, assim como das instituições de ensino superior, compreende-se que, contraditoriamente, se dão no bojo das políticas neoliberais, às quais, ainda que com expansão de grande envergadura nos

governos do Partido dos Trabalhadores, mantiveram seu caráter focalista e seletista, com ênfase na expansão precarizada da política de assistência social, em detrimento daquelas que fortalecem o trabalho formalizado. Ou seja, em coerência ao processo internacional de reestruturação produtiva do capital,

Assim, embora de caráter focalizado, com reforço da assistência em detrimento das demais políticas, tal expansão é considerável no estado do Maranhão, haja vista a forte desigualdade social evidenciada nos índices sociais de baixa escolaridade, desemprego, e renda insuficiente, os quais responderam pelo número substancial de transferências de renda aos moradores dessa unidade da federação, assim como da expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Entretanto, como são próprias da sociabilidade capitalista em sua fase monopolista, tais políticas sob o primado da racionalidade forma e abstrata, demandam aos profissionais respostas mais pragmáticas, de um lado, e mais diretivas do outro. Especialmente no que tange à descentralização das políticas, que se traduziu em mera transferência de responsabilidades aos entes municipais e demandas por respostas no que tange ao planejamento, elaboração e monitoramento dos recursos executados, os quais vale dizer, em quantidade insuficiente para dar conta das exigências dos entes federais.

Nessa perspectiva há um redimensionamento, assim como aumento das demandas postas aos assistentes sociais, agravadas pelos vínculos precários, de modo que estes são requisitados e elaborar, planejar e executar os planos, programas, projetos e serviços das políticas sociais, construindo processualmente relatórios que indiquem a alocação sistemática dos recursos transferidos. Por consequência, uma avaliação por parte dos assistentes sociais de que estas atribuições e competências não estão sendo abordadas satisfatoriamente na formação profissional, muito embora faça parte da matriz curricular, disciplinas de planejamento e avaliação.

Nestes termos, compreende-se que os fundamentos teóricos e políticos das supostas lacunas entre formação e exercício profissional em Serviço Social, sobretudo no que tange às atribuições e competências

diretivas, relacionam-se aos fundamentos da sociedade burguesa, sobretudo do trato expressivo e relevante que esta confere à dimensão instrumental da vida ao abordar as sequelas da acumulação. Situação que se agrava com a manutenção de vínculos precários de trabalho, em que o mesmo profissional acumula atribuições de dois ou mais cargos respectivamente.

Nessa perspectiva a teoria utilizada na formação em Serviço Social, a qual se referencia no materialismo histórico-dialético, evidenciando categorias como contradição e totalidade, em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, não é a mesma que fundamenta as políticas públicas, que, em última instância, vêm carregadas de conservadorismo e positivismo renovados como pós-modernidade. Portanto, ao se abordarem amparados na tradição marxista, os traços fundamentais da sociedade capitalista, não há incoerência entre formação e exercício profissional no sentido de que a formação explicita o que o capital vai requisitar.

Porém, com formação amparada em um projeto cujo horizonte é radicalmente oposto ao do capital, o Serviço Social não se propõe a responder somente ao pragmático, e sim, para além do aparente, fornecer os subsídios teóricos que possibilitem seu descortinamento no sentido de que o assistente social consiga propor saídas que apontem para além da justificação do existente. Ou seja, que possibilitem o reconhecimento da contradição com vistas a uma atitude e visão de mundo crítica e dialética por parte dos sujeitos que recorrem à sua intervenção profissional.

Nessa perspectiva o exercício profissional do assistente social nas atribuições diretivas pode contribuir na construção de indicadores de monitoramento e relatórios que demonstrem a imensa lacuna entre as políticas públicas e sociais oferecidas e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida fortalecendo a necessidade de ampliação de direitos sociais, sobretudo requeridos pela classe trabalhadora, ou seja, pelos despossuídos.

Essa é a perspectiva que a formação profissional aponta no exercício profissional tensionado por classes sociais antagônicas, haja a

relativa autonomia que o assistente social tem por estar submetido a uma relação de trabalho. Por essas razões é que seu exercício profissional será sempre questionado e confrontado como insuficiente para os objetivos do capital no que tange à racionalidade pragmática das políticas públicas e sociais oferecidas pela classe burguesa no trato às expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. **A dimensão técnico-operativa na formação profissional em Serviço Social em instituições presenciais do Maranhão**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BARBOSA, Z. M. Transformações econômicas, políticas e sociais no Maranhão contemporâneo: cenários de “desenvolvimento” regional. In: LIMA, T. M. **Desenvolvimento, poder e cultura política**. São Luís: UEMA, 2006. p. 47-64.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico**. [S.l.]: Boitempo, 1999.

GUERRA, Y. D. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, A.; POCHMANN, M.; SILVA, R. A. (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, D. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **A geografia do manifesto** [Entrevista]. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/03/13/a-geografia-do-manifesto/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: _____. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVISKY, M. (). As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: _____. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** São Paulo: Cortez, 2009

SANT'ANNA JUNIOR, H. A.; RIBEIRO JUNIOR, J. A. S.; SILVA, S. C. Projetos de desenvolvimento e conflitos territoriais no espaço amazônico maranhense: a duplicação dos trilhos da estrada de ferro Carajás e os impactos socioambientais nas comunidades quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo em Itapecuru-Mirim. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2011; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2011. **Anais eletrônicos...** Belém: GEDMMA, 2011. p. 1-1. Disponível em: <<http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/77-PROJETOS-DE-DESENVOLVIMENTO-E-CONFLITOS-TERRITORIAIS-NO-ESPACO.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. Tempo de trabalho excedente como categoria central do Toyotismo. In: _____. **Trabalho e Tempo de Trabalho na perspectiva marxiana.** São Paulo: Instituto Lukacs, 2013.